



DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL À CUSTA DO AUMENTO DA EXPLORAÇÃO, DA POBREZA E DA MISÉRIA

As declarações do passado dia 5 de Abril, do 1º Ministro, na Assembleia da República, mostram à sociedade o carácter profundamente reaccionário da sua orientação, quando considera que a “dignidade de todos” está no “apoio aos mais carenciados, “numa base de solidariedade”, considerando ainda que o futuro de uma “sociedade sustentável” reside na economia social.

Ou seja, o 1º Ministro deste governo do PSD/CDS, entende que o desenvolvimento do nosso País se fará com o aumento da pobreza e das instituições que apoiam, ignorando por completo as respostas para a necessidade de desenvolvimento da nossa economia, da riqueza e subsequente bem-estar de quem produz.

Dignidade, para este 1º Ministro, é ser pobre, não ter emprego, mas ter uma instituição aonde se possa recorrer para obter um cabaz de bens essenciais ou uma sopa por caridade.

Ao invés de canalizar os fundos estruturais que estão à disposição do País e linhas de crédito bonificadas, para os sectores produtivos, nomeadamente, os pequenos e médios empresários, distribui-os pela economia social, para esta aplacar a fome e a miséria que a actual política cria, com o encerramento de empresas, a destruição de postos de trabalho, o aumento dramático dos impostos e dos serviços essenciais.

Paradigmático desta linha de orientação do governo, de exploração dos trabalhadores, é o facto de ignorar por completo, nas medidas que anunciou, a situação da esmagadora maioria dos trabalhadores da economia social, nomeadamente os das IPSS e Misericórdias, eles próprios sujeitos à situação de salários de miséria.

Para o governo PSD/CDS, a economia social é “muito importante”, mas os seus trabalhadores não. Por isso, não adopta nenhuma medida que leve à garantia de aumentos salariais para estes trabalhadores que não têm nenhuma actualização vai para quatro anos.

Importa ainda realçar que no caso dos trabalhadores das IPSS o subsidio de refeição desde de 2010 mantêm-se em € 2,38.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, não deixando de considerar o importante papel que as IPSS e Misericórdias exercem no plano da acção social, muito por culpa de uma ausência de intervenção directa do Estado nesta área, não pode deixar de considerar que a solidariedade está a ser feita à custa dos direitos dos trabalhadores que nelas exercem funções, o que de todo é inaceitável.

Lisboa, 11 de Abril de 2013

O Gabinete de Informação
da FNSTFPS

Contactar: Luís Pesca – telm: 96 786 41 50

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º 1150-282 Lisboa

Tef: 21 317 24 80 Email: fnstfps@fnstfps.pt